

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026

A **EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO - EMURB**, por meio de sua Comissão de Contratação, denominada CPR02, instituída pela Portaria n.º 21/2026, com vistas à Resolução Emurb n.º 040/2018 e a Lei 13.303/2016, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura do procedimento licitatório, na modalidade PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, segundo os termos e regras definidos neste instrumento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NAS UNIDADES DA EMURB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS ÀS CORREÇÕES, BEM COMO A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1. BASE LEGAL E MODALIDADE.

- 1.1 Esta licitação é regida pela Resolução EMURB 40, de 26 de junho de 2018 (doravante referida como Res. 40/2018), e a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 (doravante referida como Lei 13.303/2016), dos Decretos Municipais n.º 7.177/2023 e do Decreto n.º 7.178/2023, bem como os ditames da Lei 14.133/2021 que poderão ser utilizados naquilo que não conflitar com o disposto na Lei (Federal) n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e no seu respectivo regulamento interno de licitações da EMURB, Resolução n.º 40/2018, para o Sistema de Registro de Preços.
- 1.2 A licitação será processada segundo a modalidade **Procedimento licitatório – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**.

2. INFORMAÇÕES E REGRAS GERAIS.

- 2.1 **PRAZO DE DIVULGAÇÃO DO EDITAL: 15 (quinze) dias úteis** (art. 39, II, a, da Lei 13.303/2016), nos sítios - www.licitacoes-e.com.br e www.EMURB-se.com.br e em veículo oficial.
- 2.2 **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:** observado o prazo legal de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão pedir esclarecimentos por e-mail: (emurb.cpr02@aracaju.se.gov.br) , informando o número da licitação.
- 2.3 **IMPUGNAÇÃO:** qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei 13.303/2018, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a

Comissão julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. A impugnação deverá ser dirigida ao seguinte endereço: Avenida Augusto Franco, 3340 - Bairro Ponto Novo - CEP 49097-670 - Aracaju/SE - CNPJ: 13.118.245/0001-60 à Comissão de Pregão 02 – CPR02, ou por e-mail (emurb.cpr02@aracaju.se.gov.br).

2.4 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 29/04/2026 às 10h00 min**

2.5 **LOCAL/MEIO DE REALIZAÇÃO:** A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (licitações-e) do Banco do Brasil S/A: www.licitacoes-e.com.br ;

2.6 **REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.7 **ADVERTÊNCIA TERMINOLÓGICA:** a referência, contida no sistema digital em que ocorrer o certame, ao termo pregão, não descaracteriza a modalidade e o regime de licitação no âmbito da EMURB, regido nos termos do item 1.

3. **DO OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

3.1 A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NAS UNIDADES DA EMURB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS ÀS CORREÇÕES, BEM COMO A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DESTE TERMO DE REFERÊNCIA. ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA.**

3.2 O objeto será selecionado tendo como critério de julgamento o de: **MENOR PREÇO.**

4. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 Os Recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes desta licitação, são:

- Órgão: 27 Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEMINFRA
- Unidade Orçamentária: 27301 Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB
- Função: 04 Administração
- SubFunção: 122 Administração Geral
- Programa: 0213 Gestão Administrativa
- Ação: 2133 Gestão Administrativa e Operacional – EMURB
- Natureza de Despesa: 33903900 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- SubElemento: 33903917 Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas

• **Fonte: 1500000 Recursos Não Vinculados de Impostos**

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Também poderão participar do presente certame as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que atendam a todas as exigências constantes neste Edital, seus anexos e conforme disposto na Lei 123/2006 e Lei 13.303/2016.

5.2 – Esta licitação possui **LOTE ÚNICO**.

5.3 – Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

5.3.1 – Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

5.3.2 – Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, impedimento de licitar e/ou contratar com a EMURB ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública que obstem a participação no procedimento.

5.3.3 – Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

5.3.4 – Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

5.3.5 – Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art.38 da lei 13.303/2016;

5.3.6 – Com registro de inidoneidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

5.3.7 – Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Procedimento licitatório.

6 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 – Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2 – Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

6.1.3 – Abrir as propostas de preços;

6.1.4 – Analisar a aceitabilidade das propostas;

6.1.5 – Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.1.6 – Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

6.1.7 – Realizar a negociação com o LICITANTE que oferecer o lance mais vantajoso para administração, para que seja obtida melhores condições;

6.1.8 – Verificar a habilitação da PROPONENTE classificado em primeiro lugar;

6.1.9 – Declarar a VENCEDORA;

6.1.10 – Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

6.1.11 – Elaborar a ata da sessão;

6.1.12 – Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

7 CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Procedimento licitatório deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

7.1.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial dos sites www.licitacoes-e.com.br ou www.bb.com.br, opção "Acesso Identificado".

7.2 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

7.3 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à EMURB ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

8 PARTICIPAÇÃO

8.1 – A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br ou www.bb.com.br opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

8.2 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3 – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as LICITANTES para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos

participantes, nos sítios eletrônicos utilizado para divulgação, qual sejam www.licitacoes-e.com.br ou www.bb.com.br.

8.4 – O cadastramento da proposta no sistema de licitações eletrônicas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9 ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 – Deverão constar na proposta os seguintes elementos:

9.1.1 – A Proposta de Preços assinada e digitalizada da Arrematante, contendo as especificações detalhadas do objeto, deverá ser enviada, atualizada em conformidade com o último lance ofertado, num prazo máximo de **02 (duas) horas** após o encerramento da etapa de lances, por convocação do(a) Pregoeiro(a) pelo Sistema Eletrônico, por e-mail: emurb.cpr02@aracaju.se.gov.br, como também cópia da **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**, conforme modelo do ANEXO II deste Edital, bem como, **TODA A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**.

9.1.2 – Preço unitário e total do produto/serviço a ser contratado;

9.1.3 – Na proposta deverá constar a descrição dos produtos/serviços com suas especificações, catálogos técnicos do equipamento que a firma pretende entregar, para melhor identificação pelo Pregoeiro.

9.1.4 – Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, treinamento, garantia, montagem e instalação e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta;

9.1.5 – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, nos locais de entrega, e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, IPI e demais impostos, encargos sociais, seguros, taxas, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do equipamento. Ficará por conta do LICITANTE, a carga, descarga, manuseio e arrumação do equipamento no local de estocagem.

9.1.6 – O prazo do Serviço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

9.1.6.1 – O prazo de vigência do contrato será de **13 (treze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

9.1.7 – A entrega do objeto desta licitação será **EM TODAS UNIDADE DA EMURB (VIDE TR)**

9.1.8 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do Início da Sessão de Disputa de Preços, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial. Neste caso a EMURB prorrogará o prazo de validade das Propostas, pelo tempo necessário à conclusão dos Recursos.

10. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

10.1 Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital e respectivo Termo de Referência, bem como aqueles que apresentarem vícios insanáveis, preços excessivos, não tenham a sua exequibilidade demonstrada quando exigido ou sejam manifestamente inexeqüíveis, comparados aos preços de mercado (art. 56 da Lei 13.303/2016) Acórdão 948/2024 – TCU- Plenário.

10.2 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá à verificação das condições habilitatórias da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora

10.3 Em hipótese alguma será aceito o aumento dos valores inicialmente propostos.

11 ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

11.1 – A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site já indicado no item 9.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2 – Aberta a etapa competitiva, os representantes das LICITANTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1 – Serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

11.2.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.3 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.4 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para

encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período de tempo randômico, de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.5 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.6- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional, REAL (R\$).

11.7- No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

11.8 - Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em campo próprio as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.9- Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances, tendo em vista a redação do artigo 44 §2º da LC n.º 123 de 2006.

11.10- A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.11- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.12- Na hipótese de não contratação de ME ou EPP constantes com lances no intervalo de 5%, a convocação será em favor da proposta da empresa de grande porte originalmente vencedora do certame;

11.13- O disposto no item 11.8 e seguintes somente se aplicará quando o **MENOR PREÇO** inicial não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.14- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº 13.303/2006, nesta ordem:

11.14.1- disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

11.14.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

11.14.3- os critérios estabelecidos no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);

11.14.4- sorteio

12 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO**, devendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à LICITANTE que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos, Especificações e parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.2 – Após a sessão de lances e constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será declarada VENCEDORA, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação realizada por meio do sistema com a acompanhamento pelos demais licitantes e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.3 – A Arrematante deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, a sua proposta de preço, detalhando a especificação do objeto licitado, preço unitário e global do lote, prazo de validade da proposta, prazo contratual e demais exigências contidas no Item 9.

12.3.1 – A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa corrente no Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos em papel timbrado do PROPONENTE, bem como ser redigida de forma clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

12.4 – Se a proposta ou lance de menor valor não atender às especificações técnicas e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a empresa subsequente para apresentação formal da proposta, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.4.1 – Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar com a LICITANTE para que seja obtido preço melhor para a EMURB.

12.5 – Quando microempresas e empresas de pequeno porte LICITANTES apresentarem propostas que sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores a proposta mais bem classificada, a esta, serão consideradas empatadas.

12.5.1 – Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Arrematante

do certame, sendo a mesma convocada para apresentar a nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

12.5.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem respectivo, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.6 – O disposto no item acima, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.7 – O pregoeiro negociará com a LICITANTE que apresentou o lance de menor preço por meio do Sistema, enquanto o lote estiver arrematado acessando a sequência “relatório da disputa” para cada lote disputado e “contraproposta” (negociação).

12.8 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.9- Considera-se inexequível a proposta cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, nos moldes da aplicação subsidiária do artigo 59, §4º da Lei 14.133/2021, **para casos de obras e serviços de engenharia**. Ressalta-se que poderão ser despendidas diligências para a comprovação da inexequibilidade, conforme preconiza a atual jurisprudência do TCU no Enunciado de Sumula 262, bem como nos acórdãos, 214/2025 TCU- Plenário, 803/2024 TCU- Plenário, 465/2024 TCU- Plenário 3794/2024 – TCU Primeira Câmara, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar, dentro do prazo legal, as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.11- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.11.1 - O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.12 -Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.13 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.14 - Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.15 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado à Empresa que apresentar a proposta ou lance de menor preço.

12.16 - Se a ARREMATANTE, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no edital, bem como no Item 21.0. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das PROPONENTES, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva PROPONENTE convocada para negociar redução do preço ofertado.

13 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1 – Habilitação Jurídica:

13.1.1 – Comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), por meio das informações contidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acessível no sítio www.receita.fazenda.gov.br

13.1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.1.3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

13.1.4 – A identificação de que a empresa não atende as condições de enquadramento de ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006, implicará na desclassificação da empresa no procedimento licitatório. Comprovada a falsidade da declaração apresentada pela LICITANTE, impõe-se sanção administrativa, atendido o devido processo legal e representação junto ao Ministério Público.

13.1.5 - O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta nos seguintes cadastros:

13.1.5. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou no Sistema de Compras do Governo Municipal e EMURB.

13.1.5.1- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

13.1.5.2- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

13.1.5.3- Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidôneos e inabilitados dos sócios majoritários(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6::>)

13.1.6- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.7- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.7.1- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços similares, dentre outros.

13.1.8- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.9- Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2 – Regularidade Fiscal:

13.2.1 – Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

13.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

13.2.3 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

13.2.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

13.2.5 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.2.6 – A LICITANTE que optar pelo seu domicílio, deverá apresentar toda documentação exigida nos subitens acima do mesmo domicílio. Se escolher a sua sede, deverá apresentar todos os documentos acima exigidos referentes à sua sede.

13.2.7 – Não serão analisadas restrições na apresentação da documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal, quando a LICITANTE for microempresa ou empresa de pequeno porte, TODAVIA, havendo alguma restrição na documentação citada, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a

regularização da documentação, do pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a LICITANTE for declarada VENCEDORA do certame.

13.3 – Regularidade Trabalhista:

13.3.1 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

13.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

13.4.1 - **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (meses) da data de apresentação da proposta.

13.4.2 - O Balanço Patrimonial (BP) deverá ser obrigatoriamente firmado pelo Dirigente/Sócio qualificado para tanto e Contador habilitado no CRC. O licitante deve apresentar o BP com os Termos de Abertura e de Encerramento extraídos do Livro Diário, em fotocópias autenticadas. O Livro Diário deve estar registrado na Junta Comercial.

13.4.3- Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão.

13.5 – Qualificação Técnica:

13.5.1 Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante do ANEXO III deste Edital, devidamente comprovada por meio das informações contidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acessível no sítio www.receita.fazenda.gov.br;

13.5.2 – A LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR, conforme modelo do ANEXO IV, deste Edital;

13.5.3 – DECLARAÇÃO formal de que leu, tomou conhecimento e **aceita todas as normas, exigências gerais e exigências técnicas para o serviço**. contidas neste Edital e seus anexos, conforme modelo do ANEXO I, deste Edital.

13.5.4 – A licitante deverá, seguindo os moldes do Termo de Referência:

- **Elaborar, implementar e/ou atualizar o PMOC de todos os sistemas atendidos, em até 30 dias do início da execução;**

- **Manter registros de inspeções, medições, intervenções e correções, com rastreabilidade por equipamento;**
- **Disponibilizar relatórios e evidências à fiscalização sempre que solicitado;**
- **Indicar Responsável Técnico legalmente habilitado (com ART/RRT quando aplicável), em conformidade com as exigências normativas.**
- **Atestado(s) de capacidade técnica compatíveis com o objeto (manutenção de ar-condicionado em prédios públicos/privados de porte equivalente);**
- **Comprovação de responsável técnico habilitado e vínculo (contrato social, CTPS, contrato de prestação, etc.);**
- **Disponibilidade de equipe mínima e instrumentos de medição (ex.: manômetros, termometria, alicate amperímetro, vacuômetro quando aplicável).**

13.5.5 – A LICITANTE deverá indicar formalmente, o nome, email e CPF da pessoa que assinará o Contrato, bem como a conta bancária em que os pagamentos deverão ser efetuados.

13.5.6 – Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente na data da sessão pública de disputa de preços, mesmo que a LICITANTE venha a ser convocada em data posterior, sendo considerado o consignado em cada Certidão. No caso de não consignação do prazo de sua validade, este será de 90 (noventa) dias.

13.5.7– O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da LICITANTE, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.5.8 – A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da LICITANTE, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

13.5.9 – Os documentos de habilitação deverão estar em nome da LICITANTE, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa LICITANTE. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

13.5.10 A LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR, conforme modelo do ANEXO IV, deste Edital;

13.6 – A LICITANTE que apresentar documentação em desacordo com o solicitado no Item 13.0 e seus subitens será INABILITADA.

14. DOS RECURSOS

14.1- O interesse da LICITANTE em interpor recurso deverá ser manifestado, de forma motivada, por intermédio do sistema eletrônico, imediatamente, ou seja, em até 24 (vinte

e quatro) HORAS, após a Declaração da VENCEDORA da fase competitiva do Pregão. O encaminhamento das razões será feito exclusivamente pelo portal Licitações-e para que os demais licitantes tenham acesso às razões recursais, efetivando o contraditório e a ampla defesa, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando as demais LICITANTES cientificadas para que, caso queiram, e após o transcurso do prazo para recurso, apresentem contrarrazões em até 5 (cinco) dias.

14.2 A falta de manifestação, imediata e motivada, importará à preclusão do direito de recurso.

14.3 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela PROPONENTE.

14.5- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado após o término das 24 vinte e quatro horas ofertadas para manifestação do interesse de recorrer que se inicia após a declaração de vencedora, conforme disposto no item 14.1.

14.6- O recurso não terá efeito suspensivo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou, caso não modifique sua decisão, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão

14.7- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – Não sendo interposto recurso, o pregoeiro fará a adjudicação à LICITANTE VENCEDORA, após o que encaminhará à autoridade competente para homologação da licitação.

15.2 – Havendo recurso, após deliberação sobre o mesmo, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto, homologando em favor da LICITANTE VENCEDORA.

15.3 – Se a adjudicatária, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar ou retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no edital, bem como no Item 21.0. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das PROPONENTES, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva PROPONENTE convocada para negociar redução do preço ofertado, e se for o caso, assinar o termo do contrato.

16 CONTRATAÇÃO

16.1 – O compromisso será efetivado através da emissão do CONTRATO ou da **ORDEM DE SERVIÇO**, nas aquisições advindas do presente processo licitatório, da seguinte forma:

16.2 – A LICITANTE VENCEDORA será convocada para assinatura do Contrato decorrente do presente Pregão, momento em que deverá apresentar Certidão Conjunta

Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), o CRF (FGTS) e, a Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ICMS) no prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

16.2.1 – A licitante será convocada para que **no prazo máximo de 05 (cinco) dias** úteis da convocação, proceda a assinatura e retirada do contrato e da(s) ordem(ns) de serviço, vinculada(s) ao mesmo, conforme previsto, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, salvo motivo justificado aceito pela EMURB.

16.2.3 – Qualquer entendimento relevante entre a CONTRATANTE e a LICITANTE VENCEDORA será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

16.2.4 – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na Lei 13.303/2016.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações da EMURB, e subsidiariamente da Lei 14.133/2021, e dos Decretos Municipais nº 7.177/2023, Decreto nº 7.178/2023, compete à CONTRATADA

17.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

17.1.2 Efetuar a entrega do objeto/executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

17.1.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em até 48 (quarenta e oito) horas, no molde fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.1.9 Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causadas a EMURB, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação.

17.1.10 Poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 81 da lei 13.303/2016.

17.1.11 Solicitar à EMURB em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessário, que possam vir a comprometer a execução do objeto contratual;

17.1.12 - É vedada a cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto contido na Ata ou no contrato de fornecimento, bem como a subcontratação, salvo autorização prévia e por escrito da EMURB.

18 OBRIGAÇÕES DA EMURB

18.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações da EMURB, e subsidiariamente da Lei 14.133/2021, e dos Decretos Municipais nº 7.177/2023, Decreto nº 7.178/2023 são obrigações da CONTRATANTE:

18.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

18.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e no Contrato;

18.1.6 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessária.

18.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19 REAJUSTE

19.1 Com fulcro no artigo 69 da Lei 13.303/2016 e 92 §3º da Lei 14.133/2021 e e Lei 10.192 de 2001 o valor contratual somente sofrerá reajuste de preços após completar a periodicidade mínima de **01 (um) ano**, contados da data base do orçamento estimado.

19.2 Na hipótese da Proposta de Preços contratada ultrapassar a periodicidade de **12 (doze) meses** o seu preço será reajustado pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, publicado pela revista Conjuntura Econômica da FGV.

20 PAGAMENTO

20.1 – O pagamento será efetuado pela Tesouraria da EMURB, em até 30 (trinta) dias, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente da EMURB, através de depósito em Conta Bancária a ser prévia e expressamente informada pela CONTRATADA, considerando como prova de pagamento e de plena quitação desta;

20.2 - O pagamento será efetuado, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura e apresentação da Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, Prova de regularidade para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º, Prova de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF e Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei 12.440/11 de 07/07/2011;

20.3 – Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, não devendo ser computado, esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado;

20.4 – A EMURB não se responsabilizará por pagamento em atraso, decorrente de dados bancários fornecidos incorretamente;

20.5 – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução do Contrato, nem implicará em aceitação do serviço em desacordo com o previsto no Edital, seus anexos e proposta de preços;

20.6 - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21 SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

21.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

21.1.1 – Irregularidade, avaria ou defeito nos produtos/serviços executados ou fornecido fora dos padrões exigidos, de responsabilidade da CONTRATADA;

21.1.2 – Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato;

21.1.3 – Deixar de apresentar os documentos exigidos no item anterior;

21.1.4 – Erro ou vício das faturas;

21.1.5 – Apresentação de fatura com CNPJ diferente do constante no processo licitatório e no contrato.

21.2 – Na ocorrência da hipótese prevista no subitem 20.1.4 acima mencionado, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

22 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 – A A CONTRATADA pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a prévia defesa da CONTRATADA no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas na Lei 13.303/2016 e no que nela for silente, nos dispositivos da lei 14.133/2021 e nos demais regulamentos dispostos nesse instrumento convocatório:

22.1.1 – Advertência;

22.1.2 – Multa moratória;

- a) **0,5 % (meio por cento)** por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

22.1.3 – Multa compensatória;

- a) **10 % (dez por cento)** sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

22.1.4 – Impedimento de licitar e de contratar com o Emurb e o Município de Aracaju pelo prazo de até 2 (dois) anos;

22.1.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de Todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos

22.2 – As sanções constantes no subitem 21.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

22.3 – Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

22.3.1 – Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

22.3.2 – Não mantiver proposta, injustificadamente;

22.3.3 – Comportar-se de modo inidôneo;

22.3.4 – Fizer declaração falsa;

22.3.5 – Cometer fraude fiscal;

22.3.6 – Falhar ou fraudar no serviço do objeto.

22.4 – As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela EMURB com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

22.5 – A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da EMURB, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ao não.

22.6 – A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente **5%** do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, a vista do subitem 13.2.6, poderá ser aplicada multa correspondente **5% (cinco por cento)** do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato;

V – No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de **10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela não executada;

VI – No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de **20% (vinte por cento)** sobre o saldo remanescente do contrato;

VII – nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de **10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela em atraso.

22.7 – Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a EMURB descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a EMURB executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

22.8 – A EMURB poderá quando do não pagamento da multa pela CONTRATADA, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EMURB, por até 02 (dois) anos;

22.9 – Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EMURB, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

23 DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a EMURB revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.2 – As PROPONENTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a EMURB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.3 – Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na EMURB.

23.4 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.5 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.6 – O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do PROPONENTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.7 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as PROPONENTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

23.9 – A participação das PROPONENTES nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

23.10 – Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos LICITANTES do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

23.11– A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

a) A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta CLÁUSULA, no que lhe couber, não transfere à EMURB a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

23.12 – A CONTRATADA deverá cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções do TERMO DE REFERÊNCIA estabelecidas por esta Empresa;

23.13 – **As PROPONENTES obrigam-se a elaborar suas propostas, em estrita obediência as especificações descritas no TERMO DE REFERÊNCIA**, elemento integrante do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 01.007/2026**, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato.

23.14 – Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a EMURB, e nenhuma subordinação aos gestores EMURB.

23.15 – Não será permitido à CONTRATADA, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar ou transferir a execução dos serviços/fornecimento do objeto do Contrato.

23.16 – Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, par mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundos do presente instrumento.

23.17 – Constitui parte integrante deste edital: **Anexo I – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO; Anexo II – DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO; Anexo III – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE; Anexo IV – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR; Anexo V – MINUTA DO CONTRATO; Anexo VI – TERMO DE REFERENCIA.**

Aracaju/SE, 01 de Abril de 2026.

WILLIAMS SANTOS MACHADO JUNIOR
PREGOEIRO EMURB



ANEXO I

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO

Prezados Senhores:

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.S^ª., nossa Proposta relativa ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 01.007/2026 em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

Em tempo, manifestamos nossa expressa aceitação das condições do referido PROCEDIMENTO LICITATÓRIO e com a emissão de Notas Fiscais e Fatura diretamente à EMURB.

A validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, de acordo com as disposições do item 9, subitem 9.1.8 deste Edital.

Atenciosamente,

Responsável pela Empresa.





ANEXO II

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Em atendimento à determinação do Edital, item 10.1, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal Carteira de Identidade (Nº e órgão expedidor) Endereço:

CEP:



ANEXO III
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A, inscrita

no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CNPF nº, DECLARA, para fins do
disposto no subitem do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas
da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do
parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

ANEXO IV
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR

..... (QUALIFICAR A EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob N.º....., por intermédio de seu representante legal o Sr., portador da Carteira de Identidade n.º e do CNPF n.º, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal/88, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM() OU NÃO ().

ANEXO V**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026**
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026**MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA MUNICIPAL DE
OBRAS E URBANIZAÇÃO – EMURB E A
FIRMA _____.**

Pelo presente instrumento de Contrato de Serviço, de um lado a **Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB**, órgão da Administração Indireta, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **13.118.245/0001-60**, com Sede a Av. Augusto Franco, nº 3.340, bairro Ponto Novo, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Presidente **ANTONIO SERGIO ROSENDO GUIMARAES**, brasileiro, casado, Empresário e pelo Diretor Administrativo e Financeiro **HAROLDO JOSE DA SILVA QUINTINO**, brasileiro, casado, Administrador, residentes e domiciliados nesta Capital, e a firma _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com endereço na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, brasileiro(a), maior, portador(a) do CNPJ/MF nº _____ e da CI nº _____, residente e domiciliado(a) _____, tem como justo e contratado o seguinte:

DA FINALIDADE – O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao serviço/fornecimento dos materiais/equipamentos definidos e especificados na **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho datado de **25/03/2026** do Senhor Presidente da EMURB, em Processo Administrativo nº **13.198/2026**.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Esta adjudicação decorre de licitação sob modalidade de **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, nos termos e condições do **Edital nº 01.007/2026**, cujo resultado foi homologado em XX/XX/XXXX pelo Presidente, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 13.303/2016, bem como pela Resolução EMURB 40, de 26 de junho de 2018 (doravante referida como Res. 40/2018), dos Decretos Municipais nº 7.177/2023 e do Decreto nº 7.178/2023, bem como os ditames da Lei 14.133/2021 que poderão ser utilizados naquilo que não conflitar com o disposto na Lei (Federal) nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no seu respectivo regulamento interno de licitações da EMURB, Resolução n.º 40/2018 às cláusulas e condições aqui estabelecidas pela Contratante.

CLÁUSULA I – OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NAS UNIDADES DA EMURB, INCLUINDO O**

FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS ÀS CORREÇÕES, BEM COMO A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA II – PREÇO

2.1 – A EMURB pagará à Contratada pelo fornecimento objeto deste Contrato, a importância de R\$ (.....).

CLÁUSULA III – PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.1 - O prazo para o Serviço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da Ordem de Serviço.

3.1.1 - O prazo vigência contratual será de **13 (treze) meses** contados a partir da sua assinatura.

3.2 – A Contratada será convocada, para a assinatura das 02 (duas) vias do Contrato, devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitá-la às penalidades previstas no PROCEDIMENTO LICITATÓRIO originante deste Instrumento.

3.3 – O objeto deste contrato deverá ser entregue em **TODAS AS UNIDADES DA EMURB.**

CLÁUSULA IV – RECURSO FINANCEIRO

4.1 – Para os pagamentos decorrentes deste Contrato, serão utilizados recursos abaixo:

- **Órgão: 27 Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEMINFRA**
- **Unidade Orçamentária: 27301 Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB**
- **Função: 04 Administração**
- **SubFunção: 122 Administração Geral**
- **Programa: 0213 Gestão Administrativa**
- **Ação: 2133 Gestão Administrativa e Operacional – EMURB**
- **Natureza de Despesa: 33903900 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**
- **SubElemento: 33903917 Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas**
- **Fonte: 15000000 Recursos Não Vinculados de Impostos**

CLÁUSULA V – DOCUMENTAÇÃO

5.1 – Quando da assinatura do presente instrumento, a Contratada, deverá apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão de Regularidade de Tributos

Estaduais (ICMS), Certidão Trabalhista(CNDT) dentro do prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

CLÁUSULA VI – SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1 – A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar ou transferir a execução dos serviços/fornecimento do objeto do Contrato.

CLÁUSULA VII – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, devidamente acompanhada da documentação exigida para quitação, devidamente aceito pela fiscalização da EMURB, mediante apresentação dos documentos abaixo transcritos e exigidos que, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da data de sua aceitação;

- a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da EMURB.
- b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à Contratada para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

7.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus aversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

7.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

7.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

7.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.1.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (ICMS) do domicílio ou sede da Contratada;

7.2 – É de inteira responsabilidade da Contratada a entrega a EMURB, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela EMURB dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

7.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.4 – Caso a Contratada seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

7.7 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária em Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

7.8 – A EMURB fica autorizada a promover a retenção de créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato.

CLÁUSULA VIII – SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1 – Os pagamentos poderão ser suspensos nos seguintes casos:

- a) Irregularidade no Serviço, ou fornecimento fora dos padrões exigidos, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Não cumprimento dos prazos, em desobediência as condições estabelecidas no Contrato;
- c) Não apresentação dos documentos exigidos no item anterior;
- d) Erro ou vício da Fatura;
- e) Apresentação de Fatura/Nota Fiscal/Recibo, com CNPJ diferente do constante no preâmbulo deste instrumento.

8.2 – Na ocorrência da hipótese prevista na alínea "d" acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações da EMURB, e subsidiariamente da Lei 14.133/2021, e dos Decretos Municipais nº 7.177/2023, Decreto nº 7.178/2023, compete à CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- a) Efetuar a **execução do serviço** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: aos serviços executados, possíveis marcas, fabricantes, modelos, procedência e prazo de garantia ou validade;
- b) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto (serviço), de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) nos ditames fixados no Termo de Referência, o serviços mau prestado ou com avarias ou defeitos;
- e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- h) Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causadas a EMURB, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação.
- i) Poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nolimite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 81 da lei 13.303/2016.

CLÁUSULA X – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações da EMURB, e subsidiariamente da Lei 14.133/2021, e dos Decretos Municipais nº 7.177/2023, Decreto nº 7.178/2023, compete à CONTRATANTE::

- a) Receber o objeto (serviço) no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto (serviço) fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e no Contrato;

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

10.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA XI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – A CONTRATADA pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a prévia defesa da CONTRATADA no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas na Lei 13.303/2016 e no que nela for silente, nos dispositivos da lei 14.133/2021:

11.1.1 – Advertência;

11.1.2 – Multa moratória;

- a) **0,5 % (meio por cento)** por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

11.1.3 – Multa compensatória;

- b) **10 % (dez por cento)** sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

11.1.4 – Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a EMURB, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.1.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 – As sanções constantes no subitem 11.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

11.3 – Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

11.3.1 – Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

11.3.2 – Não mantiver proposta, injustificadamente;

11.3.3 – Comportar-se de modo inidôneo;

11.3.4 – Fizer declaração falsa;

11.3.5 – Cometer fraude fiscal;

11.3.6 – Falhar ou fraudar no serviço do objeto.

11.4 – As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela EMURB com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

11.5 – A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da EMURB, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

11.6 – A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, a vista do subitem 13.2.6, poderá ser aplicada multa correspondente 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- c) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada;
- d) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre o saldo remanescente do contrato;
- e) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso.

11.7 – Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a EMURB descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a EMURB executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

11.8 – A EMURB poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EMURB, por até 02 (dois) anos;

11.9 – Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EMURB, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

CLÁUSULA XII – REAJUSTE

12.1 Com fulcro na artigo 69 da Lei 13.303/2016 e 92 §3º da Lei 14.133/2021 e Lei 10.192 de 2001 o valor contratual somente sofrerá reajuste de preços após completar a periodicidade mínima de **01 (um) ano**, contados da data base do orçamento estimado.

12.2 Na hipótese da Proposta de Preços contratada ultrapassar a periodicidade de **12 (doze) meses** o seu preço será reajustado pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, publicado pela revista Conjuntura Econômica da FGV.

CLÁUSULA XIII – CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

13.1 – Os casos fortuitos e de força maior, conforme disposto no Artigo nº 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil, eximem as partes de responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

CLÁUSULA XIV – DESPESAS DE CONTRATO

14.1 – Todas as despesas para elaboração, validade e eficácia jurídica do Contrato, correrão por conta exclusiva da EMURB.

CLÁUSULA XV – DA VINCULAÇÃO

15.1 – VINCULAM-SE A ESTE CONTATO:

- a) **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 01.007/2026**
- b) **Documentação da Contratada (Proposta de Preços e habilitação);**
- c) **Homologação do Presidente de2026;**
- d) **Publicação.**

CLÁUSULA XVI – RESCISÃO

16.1 – Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016, o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante a subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, observado o presente Contrato;
- c) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- d) A dissolução da sociedade;
- e) A decretação de falência da CONTRATADA;
- f) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- g) Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- h) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual.

CLÁUSULA XVII – FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que o seja.

E, assim, por se acharem justos e contratados assinam o presente Contrato nº ____/____, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus Jurídicos e Legais efeitos, na presença das testemunhas infra-assinada.

Aracaju, ____ de ____ de 20____.

ANTONIO SÉRGIO ROSENDO GUIMARAES
Presidente da EMURB

HAROLDO JOSÉ DA SILVA QUINTINO
Diretor Administrativo e Financeiro

Contratada

ANEXO VI**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 01.007/2026**
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13.198/2026**TERMO DE REFERÊNCIA****SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE**
AR- CONDICIONADO**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em equipamentos e sistemas de ar-condicionado instalados nas unidades da EMURB, incluindo o fornecimento de peças, componentes, materiais e insumos necessários às correções, bem como a elaboração, execução e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação visa assegurar o adequado funcionamento do parque de climatização, promover qualidade do ar interior, garantir conforto térmico e salubridade dos ambientes de trabalho e atendimento ao público, reduzir paradas e falhas operacionais, preservar o patrimônio público e assegurar conformidade com as exigências legais (PMOC) e normativas aplicáveis.

3. BASE LEGAL E NORMATIVA

- Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e Decreto nº 8.945/2016;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMURB (quando aplicável);
- Lei nº 13.589/2018 (PMOC);
- Portaria MS nº 3.523/1998;
- ABNT NBR 16401 (Partes 1, 2 e 3);
- Normas Regulamentadoras do MTE (NRs aplicáveis) e demais normas técnicas, sanitárias e de segurança.

4. DESCRIÇÃO DO PARQUE INSTALADO

O parque de climatização da EMURB é composto por 113 (cento e treze) equipamentos, distribuídos por unidade conforme Anexo I. Os equipamentos incluem, dentre outros, Splits (Hi-Wall e Piso-Teto), cortinas de ar e

equipamentos portáteis, com capacidades típicas entre 9.000 e 60.000 BTU/h (conforme levantamento).

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1 Manutenção Preventiva

Compreende, no mínimo, as atividades abaixo, sem prejuízo de outras necessárias ao perfeito funcionamento:

- Inspeção geral dos equipamentos e verificação de fixações/suportes;
- Limpeza de filtros, serpentinas (evaporadora/condensadora), bandejas e drenos;
- Verificação e desobstrução de linhas de dreno, com testes de escoamento;
- Verificação de pressões/temperaturas, desempenho e parâmetros de operação;
- Verificação de correntes elétricas, reaperto de conexões e inspeção de componentes;
- Verificação de ventiladores, rolamentos, vibração e ruídos;
- Testes de funcionamento, de comando, de proteção e de controle;
- Emissão de relatório técnico por visita e atualização do PMOC.

Periodicidade mínima: trimestral, podendo ser ajustada por criticidade/uso e conforme PMOC aprovado.

5.2 Manutenção Corretiva

Compreende diagnóstico, reparos, ajustes e substituição de componentes necessários para restabelecer o funcionamento, incluindo:

- Atendimento a chamados, diagnóstico de falhas e emissão de laudo;
- Reparos mecânicos e elétricos, ajustes e calibrações;
- Substituição de peças e componentes defeituosos;
- Soldas, reapertos e recomposição de circuitos frigoríficos quando necessário;
- Recarga/ajuste de fluido refrigerante conforme especificação do equipamento e boas práticas;
- Testes finais e entrega do equipamento em condições de operação, com registro em relatório/OS.

5.3 Fornecimento de Peças, Materiais e Insumos

As peças e materiais empregados deverão ser novos, originais ou compatíveis, com procedência, garantia e conformidade técnica. É vedado o fornecimento de peças usadas/recondicionadas ou sem identificação. A utilização de peças dependerá de autorização prévia da fiscalização, conforme regras do saldo de peças (item 10.3 e Anexo VI).

6. PMOC – PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE

A contratada deverá:

- Elaborar, implementar e/ou atualizar o PMOC de todos os sistemas atendidos, em até 30 dias do início da execução;
- Manter registros de inspeções, medições, intervenções e correções, com rastreabilidade por equipamento;
- Disponibilizar relatórios e evidências à fiscalização sempre que solicitado;
- Indicar Responsável Técnico legalmente habilitado (com ART/RRT quando aplicável), em conformidade com as exigências normativas.

7. PRAZOS, ATENDIMENTO E NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

- Atendimento corretivo: até 48 (quarenta e oito) horas após abertura do chamado;
- Atendimento emergencial (quando caracterizado pela fiscalização): até 24 (vinte e quatro) horas;
- Execução da preventiva conforme cronograma aprovado e registrado no PMOC;
- Garantia mínima: serviços conforme legislação; peças conforme garantia do fabricante e mínima contratual (sugerida: 12 meses, quando aplicável).

8. VISTORIA TÉCNICA

A vistoria técnica é facultativa, porém recomendada. O licitante deverá apresentar, junto à proposta, (i) declaração de realização de vistoria técnica, OU (ii) declaração de dispensa de vistoria, assumindo integral responsabilidade pelo conhecimento das condições do objeto, conforme Anexos II e III.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Disponibilizar equipe técnica qualificada, ferramentas, equipamentos de medição e EPIs necessários;
- Cumprir normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive sinalização e isolamento quando necessário;

- Manter controle por OS e histórico por equipamento;
- Apresentar relatórios técnicos (preventiva e corretiva) com identificação do equipamento, serviços executados, medições, fotos quando solicitadas e responsável técnico;
- Substituir, sem ônus adicional, serviços/peças reprovados pela fiscalização;
- Manter responsável técnico e documentação regular durante toda a vigência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (EMURB)

- Disponibilizar acesso aos locais e aos equipamentos, em horários acordados;
- Designar fiscal e/ou equipe de fiscalização do contrato;
- Formalizar aberturas de chamados e autorizações de OS;
- Efetuar pagamentos conforme medições e condições contratuais.

11. MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

O modelo de remuneração adotado é: Preventiva Mensal Fixa + Corretiva sob Demanda + Saldo Anual de Peças (teto).

11.1 Preventiva Mensal Fixa

- Pagamento mensal fixo, abrangendo todos os 113 equipamentos;
- Inclui mão de obra, deslocamentos, ferramentas, EPIs, relatórios e gestão do PMOC;
- Pagamento condicionado à comprovação de execução conforme cronograma e aceite da fiscalização.

11.2 Corretiva sob Demanda

- Execução mediante Ordem de Serviço (OS);
- Pagamento por hora técnica efetivamente trabalhada, previamente autorizada e atestada;
- Materiais e peças são custeados exclusivamente pelo saldo anual de peças (item 11.3).

11.3 Saldo Anual de Peças (Teto)

Fica estabelecido saldo anual máximo para fornecimento de peças, materiais e insumos equivalente a 18% do valor anual da manutenção preventiva. A utilização do saldo exige diagnóstico, orçamento, autorização prévia da

fiscalização, comprovação de substituição e vinculação a OS específica (Anexo VI). Saldo não utilizado não gera pagamento.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (SUGESTÃO PARA O EDITAL)

- Atestado(s) de capacidade técnica compatíveis com o objeto (manutenção de ar-condicionado em prédios públicos/privados de porte equivalente);
- Comprovação de responsável técnico habilitado e vínculo (contrato social, CTPS, contrato de prestação, etc.);
- Disponibilidade de equipe mínima e instrumentos de medição (ex.: manômetros, termometria, alicate amperímetro, vacuômetro quando aplicável).

13. FISCALIZAÇÃO, ACEITE E CONTROLE

- A EMURB designará fiscal(is) do contrato;
- Serviços e fornecimentos dependerão de OS e aceite/atesto;
- A fiscalização poderá rejeitar serviços/peças em desacordo, determinando correção/substituição;
- A contratada deverá manter registros e evidências para auditoria (PMOC, relatórios, OS, medições).

14. SANÇÕES

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, no regulamento interno da EMURB e no instrumento contratual, incluindo advertência, multa, suspensão e demais penalidades cabíveis, conforme gravidade e reincidência.

15. ANEXOS

- Anexo I – Relação e Quantitativo de Equipamentos;
- Anexo II – Declaração de Realização de Vistoria Técnica;
- Anexo III – Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica;
- Anexo IV – Modelo de Ordem de Serviço (OS) e Relatório Técnico;
- Anexo V – Cronograma Básico de Preventiva (modelo);
- Anexo VI – Metodologia de Gestão do Saldo de Peças.

ANEXO I- RELAÇÃO E QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS

PRODUTO	QUANTIDADE
SPLIT HI-WALL, PISO-TETO E CORTINA DE AR	113

EQUIPAMENTOS POR SETORES

EMURB TÉRREO				
ATENDIMENTO PRINCIPAL				
NOME	TIPO DE EQUIPAMENTO	POTÊNCIA	QUANTIDADE	MANUTENÇÃO
GUARITA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
ATENDIMENTO	SPLIT PISO-TETO	60 MIL BTUS	1	
	CORTINA DE AR		1	
COURB				
DIRETORIA DE URBANISMO	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	1	
		18 MIL BTUS	1	
CHEFE DE GABINETE		9 MIL BTUS	1	
SALA DE REUNIÃO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
ATENDIMENTO	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA DE URBANISMO				

*DLOI - DEPART. DE LINC. DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	SPLIT PISO-TETO	60 MIL BTUS	3	
*DFPM - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURA MUNICIPAL				
*DPS - DIVISÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO				
*DFPS - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PARC.INSTITUCIONAL				
*DFOU DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E URBANISMO				
XEROX	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
DIRETORIA DE HABILITAÇÃO				
DIRETORIA DE HABILITAÇÃO	SPLIT PISO-TETO	60 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
	SPLIT PISO-TETO	36 MIL BTUS		
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS				
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	2	

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTOS	SPLIT PISO-TETO	36 MIL BTUS	1	
SETOR DE PROJETOS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	2	
COORDENADORIA	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	3	
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	SPLIT PISO-TETO	60 MIL BTUS	2	
COORDENADORIA DE OBRAS				
COORDENADORIA DE OBRAS	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	2	
	SPLIT PISO-TETO	60 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
SALA DE REUNIÃO	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
SALA DOS MOTORISTAS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
DATA CENTER	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
SERVIÇOS GERAIS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	

TOTAL DE EQUIPAMENTOS			33	
-----------------------	--	--	----	--

EMURB 1º ANDAR				
NOME	TIPO DE EQUIPAMENTO	POTÊNCIA	QUANTIDADE	MANUTENÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - C.P.L.S.C COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS				
SALA DE REUNIÃO	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
ATENDIMENTO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL				
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
C.P.L.O COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS				
C.P.L.O COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	2	
	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
PROCURADORIA JURÍDICA				
ASSESSORIA JURÍDICA 1	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	1	
PROCURADORIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA JURÍDICA 2	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	

ASSESSORIA JURÍDICA 3	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA FINANCEIRA				
DIVISÃO DE TESOURARIA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
DIVISÃO DE CONTAS A PAGAR	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA DEPARTAMENTO CONTÁBIL - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
CONTABILIDADE	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	1	
AUDITÓRIO				
AUDITÓRIO	SPLIT PISO-TETO	9 MIL BTUS	1	
COPA				
COPA	SPLIT HI-WALL	60 MIL BTUS	4	
ACOPLAN - COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO				
ACOPLAN COORDENADORIA DE	SPLIT PISO-TETO	30 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	

PLANEJAMENTO	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	2	
COORDENAÇÃO NDB				
COORDENAÇÃO NDB	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	2	
VICE-PRESIDÊNCIA				
VICE-PRESIDÊNCIA	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	2	
	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	2	
	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	2	
PRESIDÊNCIA				
RECEPÇÃO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
CHEFE DE GABINETE	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
SECRETÁRIO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
SALA DE REUNIÃO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA TÉCNICA				
ASSESSORIA TÉCNICA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO				

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA - COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS				
ASSESSORIA TÉCNICA PRESIDÊNCIA	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA TÉCNICA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
ASSESSORIA TÉCNICA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
DATA CENTER				
DATA CENTER	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA				
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 1º ANDAR			51	

EMURB ACAMPAMENTO				
NOME	TIPO DE EQUIPAMENTO	POTÊNCIA	QUANTIDADE	MANUTENÇÃO
SALA DOS MOTORISTAS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
SALA DOS TÉCNICOS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
RECEPÇÃO DIRETORIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	2	

DIRETORIA	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
COORDENADORIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
CPD	SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
SALA DOS ENGENHEIROS	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
SETOR MÉDICO	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	2	
SALA DO TOPOGRAFIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
SEGURANÇA DO TRABALHO	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
MANUTENÇÃO E TRANSPORTES	SPLIT HI-WALL	18 MIL BTUS	1	
ALMOXARIFADO	SPLIT HI-WALL	30 MIL BTUS	1	
REFEITÓRIO	SPLIT HI-WALL	21 MIL BTUS	3	
TOTAL DE EQUIPAMENTOS			15	

EMURB USINA				
NOME	TIPO DE EQUIPAMENTO	POTÊNCIA	QUANTIDADE	MANUTENÇÃO
LABORATÓRIO	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	2	
ESCRITÓRIO	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	

ENGENHARIA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
GUARITA	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
CABINE DO OPERADOR MÁQUINAS	DE SPLIT HI-WALL	9 MIL BTUS	1	
PORTÁTIL	PORTÁTIL	-	1	
TOTAL DE EQUIPAMENTOS			7	
ARQUIVO EMURB				
NOME	TIPO DE EQUIPAMENTO	POTÊNCIA	QUANTIDADE	MANUTENÇÃO
ARQUIVO EMURB	SPLIT HI-WALL	12 MIL BTUS	1	
TOTAL DE EQUIPAMENTOS			1	
TOTAL GERAL			113	

ANEXO II- DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

(A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Licitação, ficando, contudo, as LICITANTES cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.)

EMURB (PREGÃO ELETRÔNICO) N.º ____/2026.

Nome da empresa:

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do (Pregão Eletrônico) n.º XX/20XX, cujo prestação de serviços continuados de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA em equipamentos e sistemas de ar-condicionado instalados nas unidades da EMURB, incluindo o fornecimento de peças, componentes, materiais e insumos necessários às correções, bem como a elaboração, execução e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência.

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, ter vistoriado, por meio do Representante da Licitante, abaixo identificado, todos os locais de realização dos serviços e estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido.



Empresa	CNPJ

Endereço	Telefone

E-mail	Responsável Técnico (nome e registro no Conselho Profissional)

Aracaju, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

Responsável Técnico da Empresa	EMURB

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.



ANEXO III- DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº _____, que

_____ (nome e função), representando a empresa

_____, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Aracaju, ____ de _____ de 2026.

Representante da Empresa

EMURB

ANEXO IV- Modelo de Ordem de Serviço (OS) e Relatório Técnico.

ORDEM DE SERVIÇO Nº XXX

Data: // _____

Cliente: [Nome do Cliente] - Tel: (____) -

Endereço: [Endereço Completo]

Descrição do Problema: [Relato do cliente]

Diagnóstico Técnico: [O que o técnico observou]

Serviços Realizados:

1. [Serviço 1]

2. [Serviço 2]

Peças Utilizadas:

• [Peça A] - Qtd: ____ - R\$ _____

• [Peça B] - Qtd: ____ - R\$ _____

Mão de Obra: R _____ | ****Total Peças:**** R _____ | Total Geral: R\$ _____

Relatório Técnico de Finalização: [O equipamento foi testado e funcionou corretamente / Necessário retorno em 30 dias].

Assinatura do Técnico: _____

Assinatura do Cliente: _____

ANEXO V – CRONOGRAMA BÁSICO DE PREVENTIVA (MODELO)

A contratada deverá apresentar cronograma consolidado por unidade e por equipamento, contendo ao menos uma preventiva trimestral.

- 1º Trimestre: vistoria geral + limpeza completa + testes e registros PMOC;
- 2º Trimestre: inspeção + limpeza + verificação elétrica/mecânica + drenos;
- 3º Trimestre: inspeção + limpeza + checagem de desempenho + ajustes;
- 4º Trimestre: inspeção + limpeza + revisão preventiva e consolidação do relatório anual PMOC.

ANEXO VI – METODOLOGIA DE GESTÃO DO SALDO ANUAL DE PEÇAS

1. Premissas

- Parque instalado: 113 equipamentos;
- Uso contínuo em ambientes administrativos e técnicos;
- Necessidade de disponibilidade rápida de componentes de reposição para reduzir indisponibilidade.

2. Saldo Anual de Peças (Teto)

Saldo anual máximo: 18% do valor anual da manutenção preventiva (estimativo técnico conservador).

3. Itens típicos cobertos

- Placas eletrônicas, sensores, capacitores, contadores e relés;
- Motores e hélices de ventilação;
- Válvulas, conexões, tubulações e isolamentos;
- Materiais de fixação, elétricos e de vedação;
- Fluido refrigerante, óleo e insumos correlatos (quando tecnicamente aplicável).

4. Regras de utilização e comprovação

- Necessária OS específica com diagnóstico;
- Orçamento discriminado e autorização prévia da fiscalização;
- Comprovação da substituição (peça antiga disponível para conferência quando solicitada);
- Garantia e nota fiscal em nome da contratada, com rastreabilidade.
- Vedado uso do saldo para itens alheios ao objeto.

INCLUSÃO EXPRESSA DO PMOC (CLAUSULA ESCLARECEDORA)

Para fins de clareza, segurança jurídica e adequada fiscalização contratual, fica expressamente estabelecido que o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC integra o objeto desta contratação, não constituindo serviço acessório, opcional ou adicional.

A execução do PMOC é obrigação permanente da contratada, estando seus custos integralmente incluídos nos preços ofertados, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a cobrança adicional, pleito de reequilíbrio econômico- financeiro ou aditivo contratual decorrente de sua elaboração, implantação, atualização ou execução.

O PMOC deverá atender integralmente à Lei nº 13.589/2018, à Portaria MS nº 3.523/1998 e às normas técnicas aplicáveis, devendo ser apresentado pela contratada em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, com indicação de responsável técnico legalmente habilitado.

Os registros, relatórios, medições e evidências decorrentes da execução do PMOC deverão permanecer disponíveis à fiscalização da EMURB e aos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitados.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2957-052B-8932-2179

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WILLIAMS JUNIOR (CPF 062.XXX.XXX-05) em 01/04/2026 09:07:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/2957-052B-8932-2179>